



SERVIÇO MUNICIPAL DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Parecer nº 167/2024/PJ/FMB

Processo administrativo nº 526151/2023

Assunto: Impugnação ao edital. Aquisição de retroescavadeiras e caminhões.

Trata-se de impugnação ao edital do pregão eletrônico nº 026/2024 (fls. 315/329), cujo objeto consiste na contratação de empresa para **aquisição de retroescavadeiras e caminhões**.

O Impugnante questiona as seguintes exigências: i) farol dianteiros halógenos; ii) sistema de freio de estacionamento/segurança (a disco seco) totalmente independente do sistema do freio de serviço ou freio de estacionamento do tipo SHAR (Spring Applied Hydraulic Release), aplicado na transmissão com acionamento elétrico; iii) estabilizadores com sapatas reversíveis com uma face revestida de borracha e Sistema retro centrada com profundidade de escavação mínima de 5.400 mm, com braço extensível.

Afirma que tais exigências contrariam o princípio da isonomia e da competitividade, porquanto ausente justificativa técnica para os itens.

Por meio do Memorando nº 014/2024/Oficina/SEMAE, a unidade requisitante acolheu parcialmente a impugnação, para aceitar: i) luzes de LED dos faróis dianteiros e traseiros; e ii) sistema de estacionamento a disco seco, montado no eixo traseiro, com acionamento mecânico através de alavanca. De outro lado, rejeitou os questionamentos, de forma fundamentada, referentes a: i) sapata com revestimento de borracha; e ii) sistema retro centrada com profundidade de escavação mínima de 5.400mm, com braço extensível.

Por fim, o agente de contratação acolheu a impugnação para alteração do edital.

É o breve relatório. Passo a opinar.

A impugnação é o meio pelo qual particulares e licitantes podem provocar a revisão ou a supressão de uma condição prevista no edital, sob o argumento de que ela não respeita a ordem jurídica vigente. É em razão da eventual existência de uma ilegalidade que se justifica a impugnação.

O art. 164 da Lei Federal n.º 14.133/21 assim prescreve:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei

goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

019 – 3403-



SERVIÇO MUNICIPAL DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Nesse sentido, fixou o edital do certame:

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, via Sistema, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

Depreende-se que o pedido foi feito em petição escrita, subscrita e com a identificação do impugnante, dentro do prazo fixado na lei e no edital, uma vez que a data de abertura da sessão estava marcada para 03.04.2024, portanto, a impugnação interposta por pessoa jurídica em 27.03.2024, é **tempestiva**.

Ante o exposto, opinamos pelo seu conhecimento.

Quanto ao mérito, depreende-se que a pessoa interessada se insurge contra a especificação técnica do objeto lícitado.

Segundo a área requisitante e o Setor de Suprimentos, a impugnação é parcialmente procedente, motivo pelo qual foi proposta a parcial procedência da impugnação.

Pois bem. Acompanhamos as decisões anteriores, pela procedência parcial da impugnação.

De acordo com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

É certo, contudo, que a escolha administrativa deve ser justificada, não podendo admitir, prever, incluir ou tolerar situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, *in verbis*:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;*
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;*
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;*

Nessa senda, quanto ao juízo administrativo de mérito na escolha das especificações técnicas de retroescavadeiras e caminhões na forma em que se deu no Pregão nº 026/2024, o Memorando nº 014/2024/Oficina/SEMAE de fls. 386/389 motivou a opção de forma criteriosa e objetiva, demonstrando a necessidade e adequação das especificações.

Ante o exposto, e considerando as manifestações que nos precedem pela revisão do ato administrativo, entendemos desnecessário se aprofundar na questão, motivos pelos quais, do ponto de vista jurídico, **opinamos pelo conhecimento da impugnação e, no mérito, pela sua parcial procedência.**

Alertamos, contudo, para observância do disposto no §1º do art. 55, da Lei nº 14.133/2021, o qual determina que:

“Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas”.

Por fim, ressaltamos que o presente exame limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria proposta e de regularidade processual, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, econômicos, financeiros e aqueles que exijam o exercício da competência e da discricionariedade administrativa a cargo dos órgãos competentes do SEMAE.

É o parecer, *sub censura*.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E MEIO AMBIENTE
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Piracicaba/SP, 29 de abril de 2024.

Felipe Milani Baldan
Procurador Jurídico

De acordo.
Danielle Pacheco de Souza Santim
Procurador Jurídico Chefe

goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

019 – 3403-
3311



Assinaturas do documento

"Parecer jurídico"



Código para verificação: **18BXVVNO**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DANIELLE PACHECO DE SOUZA SANTIM (CPF: 177.XXX.448-XX) em 29/04/2024 às 14:55:03 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 23/11/2023 - 16:19:13 e válido até 23/11/2123 - 16:19:13.
(Assinatura do sistema)



FELIPE MILANI BALDAN (CPF: 410.XXX.428-XX) em 29/04/2024 às 14:49:21 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 04/07/2023 - 11:49:02 e válido até 04/07/2123 - 11:49:02.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2023/526151 e o código **18BXVVNO** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.